

Um Legislativo envelhecido

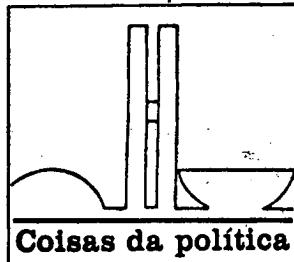
José Negreiros 6 OUT 1985

É difícil de acreditar, mas o Congresso Nacional tornou-se a primeira instituição nacional a capitular publicamente e com estrondosa repercussão ao vendaval modernizador que sacode a sociedade brasileira desde a queda do regime militar. Há oito meses que tudo vem mudando neste país, de acordo com o slogan pregado nos últimos 10 anos pela Oposição. A renovação de valores, símbolos e comportamentos atingiu desde o prefixo da "Voz do Brasil" à imunidade do General Newton Cruz. Só uma coisa resiste apegada à antiguidade: o Legislativo, que teima em cultivar hábitos do passado, quando se limitava a sancionar a Velha República.

Os inacreditáveis acontecimentos da semana passado são uma demonstração ostensiva desse descompasso entre a Nação e seu Parlamento. Reunidos ali para convocar a Assembléa Nacional Constituinte, os parlamentares resolveram legislar sobre anistia; convocados para votar matéria importante, que diz respeito a seus mais íntimos interesses eleitorais — como a reforma tributária de emergência para Estados e municípios —, eles deixaram a votação pela metade. Abandonaram Brasília, foram para casa cuidar de suas vidas particulares e decepcionaram 60 milhões de eleitores a quem prometeram ainda ontem "Constituinte Já".

Desde março, afinal, que os contribuintes pagam Cr\$ 112 mil por dia a cada representante seu no Congresso para que estes defendam inadiáveis interesses coletivos, enquanto eles faltam ao trabalho, desentendem-se quanto a assuntos em torno dos quais existe consenso junto a toda a sociedade e encerram o expediente na hora em que o país precisa deles. A reforma partidária, feita em nome da renovação política, na verdade serviu para atomizar a convivência parlamentar, na qual é impossível reunir meia dúzia de parlamentares em torno de um interesse comum. Enquanto isso, uma coleção de assuntos relevantes — desde a reforma agrária à implantação de um capitalismo contemporâneo — espera pelas eleições de 86, pois deste Congresso já não se tem quase nada a esperar.

A crise é tão grave e suas consequências tão imprevisíveis que enredam mesmo um líder da expressão do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, considerado por colaborador direto do Presidente da República o político mais importante do país. Por ser esse tipo de político símbolo da resistência à ditadura e logotipo da história da resistência civil nos últimos 20 anos, é difícil de aceitar sua explicação para ter votado



Cosas da política

"sim" e "não" sobre o mesmo assunto num prazo de 24 horas: "Talvez nem me seja conveniente politicamente revelar isto, mas votei (a favor do pedido de destaque para ampliar a anistia) por pressão da bancada." É verdade. Minutos antes desse voto, considerado altamente combustível por afrontar acordo feito com os ministros militares, contrários à ampliação, seu gabinete foi tomado pela esquerda independente do partido. E foram os Deputados José Fogaça, João Hermann e Beth Mendes que lhe cobraram o compromisso com o programa do PMDB: "O Sr está entre o poder e a história. Fique com a história", sugeriu um deles, empurrando Ulysses para o "sim".

É verdade que depois Dr Ulysses voltou atrás, segundo admite para evitar uma crise militar e o rompimento de toda a base de sustentação política do Governo do Presidente José Sarney. Mas é incompreensível como o PMDB, base da aliança que tomou o poder e maior partido do país, não conseguiu corporificar a unidade do sistema dominante que sucedeu os militares. Da mesma forma que, dentro do Congresso, é impossível precisar com nitidez a identidade daqueles que, do outro lado do balcão, situam-se na posição de adversários do regime vigente há oito meses. Ou seja, mudaram os ocupantes do poder e, motivada, a sociedade quer mudar as regras de acesso a esse poder, mas a perplexidade da classe política paralisa esse movimento.

A exceção dos militares, nenhum outro **lobby** parece organizado o suficiente para impor seus interesses de forma legítima e bem sucedida junto à classe política, que, por ironia, navega na omissão às vésperas do importante teste eleitoral — a Constituinte — para o qual se apresentará dentro de um ano. É tão impreciso e sinuoso o papel no qual os políticos se investiram pela metade que ele se aproxima muito da inutilidade. Basta consultar o seu índice de produtividade entre a quarta e a quinta-feira desta semana. É absolutamente nulo, embora o Congresso tivesse sobre a mesa uma montanha de trabalho para despachar com o carimbo de "urgente", mas principalmente dois projetos de reforma constitucional e dezenas de destaques que seriam responsáveis por uma autêntica reforma político-econômica.

Quando o Congresso se abstém, como aconteceu nesse caso, aprofunda-se a crise de confiança da opinião pública no seu mais majestoso e necessário poder republicano. A ponto de, misteriosamente, o próprio sistema de votação eletrônico entrar em pane na hora da votação, conforme reclamação e suspeita da Deputada Cristina Tavares. Inadaptados até mesmo a uma tecnologia corriqueira em qualquer país de média expressão econômica, aqui os deputados e senadores têm que votar nominalmente para se crer que de fato votam; sufocado pelo complexo do passado que se recusa a sepultar, muito pouca coisa funciona nestes tempos modernos no Legislativo, além do guichê de pagamento dos salários.